



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



JUCESP PROTOCOLO
0.888.278/20-2



CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
028445678-1



DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Ata;			
NOME EMPRESARIAL TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua Conselheiro Crispiniano	NÚMERO 105	COMPLEMENTO cj 43, sala 6	CEP 01037-001
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 2	CNPJ - SEDE 30.037.009/0001-38	NIRE - SEDE 3530051481-5	
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA		VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC
NOME: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa (Diretor)		DARE: R\$,00	1 / 1
ASSINATURA:		DARF: R\$,00	
DATA: 06/11/2020			

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO 	CARIMBO ANÁLISE
-----------------------	--------------------------	---------------------

ANEXOS:

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> DBE | <input type="checkbox"/> Documentos Pessoais |
| <input type="checkbox"/> Procuração | <input type="checkbox"/> Laudo de Avaliação |
| <input type="checkbox"/> Alvará Judicial | <input type="checkbox"/> Jornal |
| <input type="checkbox"/> Formal de Partilha | <input type="checkbox"/> Protocolo / Justificação |
| <input checked="" type="checkbox"/> Balanço Patrimonial | <input type="checkbox"/> Certidão |
| <input type="checkbox"/> Outros | |

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO



OBSERVAÇÕES:

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO - JUCESP

GISELA SIMIENA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

CERTIFICADO O REGISTRO
SOB O NÚMERO: 499.424/20-7

JUCESP

Gerência de Guarda e Distribuição

- ☐ Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
- ☒ Verificação de Ficha Cadastral
- ☐ Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
- ☐ MEI sem Cadastro
- ☐ MEI com Cadastro
- ☐ Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
- ☐ Vide Protocolo

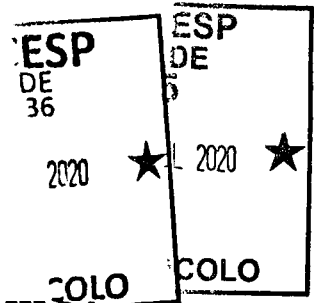
18/11/20 Juliana

4 3 3 0 0
0 9 1 1 8 5

SETOR DE REGISTRO
(ATIVIDADES)

- ☐ TRIAR lme
- ☐ DEFERIR DBE _____
- ☐ ETIQUETAR qui
- ☐ PERFURAR _____
- ☐ SEPARAR VIA _____

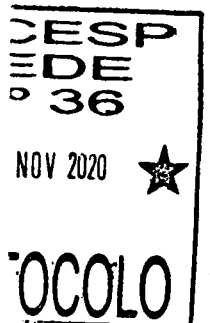
DUCESP
25 11 20



TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.

CNPJ/ME nº 30.037.009/0001-38
NIRE 35.300.514.815

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2020**



1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 09 (nove) de junho de 2020, às 10h00, na sede social da TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, conj. 43, sala 6, República, CEP 01037-001.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas.

3. **PUBLICAÇÃO:** Em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, fica sanada a falta de publicação do aviso e a inobservância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do § 4º do referido artigo. As cópias autenticadas do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, que integram o **Anexo I** à presente ata, cujas publicações estão dispensadas por força do artigo 294 da Lei das Sociedades por Ações, ficaram à disposição dos acionistas durante a Assembleia.

4. **MESA:** Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Secretário: Luis Philipe Camano Passos.

5. **ORDEM DO DIA:** Exame e aprovação:

- (i) do Relatório da Administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e
- (ii) da destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos.

6. **DELIBERAÇÕES:**

6.1. Os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, após exame e discussão, deliberaram aprovar, sem ressalvas:

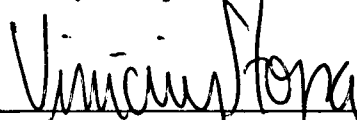
JUCESP
25 11 20

- (i) o Relatório da Administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e
- (ii) em face dos prejuízos acumulados constantes das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2019, no valor de R\$2.032,00 (dois mil e trinta e dois reais), nos termos do parágrafo único do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, não haverá destinação de valores à constituição de reserva legal e à reserva de contingências, bem como não haverá distribuição de dividendos.

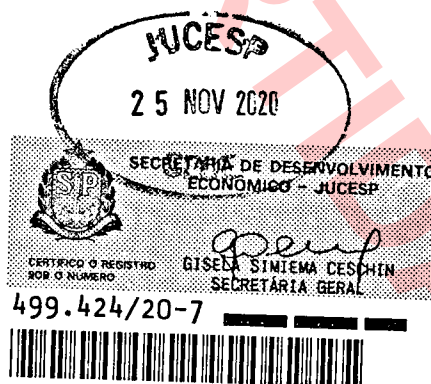
7. ENCERRAMENTO:

7.1. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. Mesa: Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Secretário: Luis Philippe Camano Passos. Acionistas: Travessia Assessoria Financeira Ltda. (representada por Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa) e Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.

São Paulo, 09 de junho de 2020.


Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Presidente


Luis Philippe Camano Passos
Secretário



JUCESP

DUCESP
28 11 20

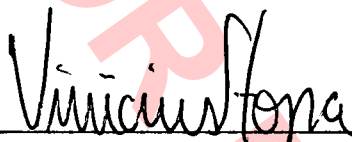
TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.

CNPJ/ME Nº 30.037.009/0001-38

NIRE 35.300.514.815

**LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE JUNHO DE 2020**

Acionistas:



TRAVESSIA ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.

por Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa



VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA

e

TRAVESSIA
25 11 20

ANEXO I

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO PERÍODO

A administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração em conjunto com as anexas demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes da Companhia, referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2019. O Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas Notas Explicativas.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 ("Créditos Financeiros"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 15 de fevereiro de 2018 por meio de sua Assembleia Geral de Constituição.

Em 12 de novembro de 2018, a Companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, no montante total de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Tendo em vista o seu enquadramento no artigo 294 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deixa de publicar os documentos de que tratam a Ordem do Dia da presente Ata, incluindo este relatório, a cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, bem como demais documentos pertinentes.

A Administração

**Travessia Securitizadora de
Créditos Financeiros III S.A.**

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Com relatório de revisão dos auditores independentes

DUCEP
25 11 20



Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras.....	12

DUCE SP
28 11 20



bakertilly

Rua Castilho, 392 - 4º Andar
Brooklin - São Paulo - SP
CEP 04568-010
São Paulo - Brasil
T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.
São Paulo – SP

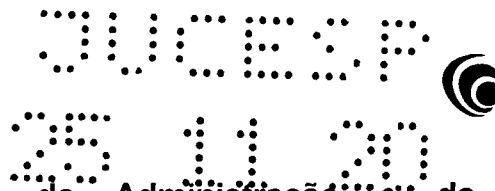
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



bakertilly

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2020.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

DUCESP
25 11 20

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

Ativo	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	500	500
Valores a reembolsar	4	9.155	-
Total do ativo circulante		9.655	500
Total do ativo		9.655	500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DUCESP
25 11 20

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2019	31/12/2018
Passivo circulante			
Partes relacionadas	5.1	11.187	2.032
Total do passivo circulante		11.187	2.032
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)			
Capital social	6.1	500	500
Prejuízos acumulados		(2.032)	(2.032)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(1.532)	(1.532)
Total do passivo e patrimônio líquido		9.655	500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DUCESP
08 11 20

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Demonstrações do resultado para o
Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de
constituição da Companhia) a
31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	Notas	31/12/2019	De 15/02/2018 a 31/12/2018
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	8	(60.791)	(2.032)
Despesas Tributárias		(6.545)	-
Outras receitas (despesas) Operacionais	9	67.336	(0)
		-	(2.032)
Resultado operacional		-	(2.032)
Prejuízo do exercício / período		-	(2.032)
Prejuízo básico por ação - Reais		0,00000	-4,06400

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DUCE SP
28 11 20

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para o
Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de
constituição da Companhia) a

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2019	De 15/02/2018 a 31/12/2018
Prejuízo do exercício / período	-	(2.032)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	-	(2.032)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Integralização de capital	6.1	500	-	500
Prejuízo do período	-	-	(2.032)	(2.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>500</u>	<u>(2.032)</u>	<u>(1.532)</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u><u>500</u></u>	<u><u>(2.032)</u></u>	<u><u>(1.532)</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DUCESP
25 11 20

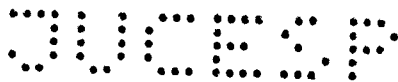
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o
Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição
da Companhia) a

(Valores expressos em Reais)

	31/12/2019	De 15/02/2018 31/12/2018 a
Atividades operacionais		
Prejuízo do exercício / período	-	(2.032)
Aumento/(redução) no ativo:		
Outras contas a receber	(9.155)	
Aumento/(redução) no passivo:		
Partes relacionadas	9.155	2.032
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	-	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Integralização de capital	-	500
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento	-	500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	500
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	500	-
No final do período	500	500
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	-	500

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 15 de fevereiro de 2018.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir e securitizar créditos financeiros oriundos de operações de créditos concedidos pela plataforma da Ferratum Brasil, a serem adquiridos pela Emissora por meio do Instrumento de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios Sem Coobrigação e Outras Avenças celebrado entre a Emissora e instituição Financeira

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 30 de março de 2019.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado e
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

A partir de 1º de janeiro de 2019, entra em vigor o CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (Correlação ao IFRS 16). Os ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil serão inicialmente mensurados com base no valor presente e registrados no ativo como bens de direito de uso e no passivo como obrigações de arrendamento mercantil. Os bens arrendados serão depreciados pelo método linear, considerando o prazo do arrendamento ou pela vida útil do ativo, sendo a escolha pelo menor período, o referido pronunciamento não gerou impacto nas práticas contábeis.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter impacto relevante decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e bancos conta movimento	500	500
Total	500	500

4. Valores a reembolsar

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de outras contas a receber se referem aos gastos reembolsáveis das despesas da operação, que serão reembolsados à entidade posteriormente, no valor de R\$ 9.155.

5. Partes relacionadas

5.1. Transações com partes relacionadas

Descrição	31/12/2019	31/12/2018
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	11.187	2.032
	11.187	2.032

Montante referente às operações de mútuo com empresa ligada para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

5.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no exercício de 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital Social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A., em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é de R\$ 500, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 15 de fevereiro de 2018 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

6.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

6.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

7. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros III S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019 e período de 15 de fevereiro de 2018 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2019	De 15/02/2018 a 31/12/2018
Assessoria contábil	(20.256)	(2.000)
Consultoria e Auditoria	(20.000)	-
Honorários advocatícios	(3.000)	-
Anúncios e publicações	(17.320)	-
Outras receitas/despesas	(215)	(32)
Total	(60.791)	(2.032)

9. Outras receitas operacionais

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de outras receitas operacionais se refere aos gastos reembolsáveis da operação, que foram pagas pela parte relacionada no valor de R\$ 67.336.

10. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

11. Eventos subsequentes

Impactos do COVID-19 (Coronavírus) nos negócios da Companhia

Desde o final de fevereiro de 2020, o mundo vem passando por um surto da doença chamada COVID-19 (Coronavírus), classificada como pandemia pela Organização Mundial de Saúde - OMS. A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos em seus negócios e tem trabalhado com a implementação de planos de contingências para manter a continuidade das atividades operacionais em uma situação de normalidade. Eventuais paralizações poderão acontecer dependendo de decisões governamentais ou outros fatores alheios à vontade da Companhia. Na data de emissão destas demonstrações financeiras não é possível mensurar outros riscos que possam surgir e consequentemente resultar em eventuais perdas que essa pandemia poderá gerar sobre as estimativas ou negócios da Companhia.



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



2020 11 20

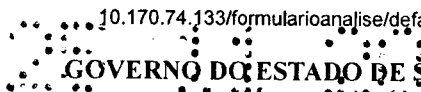
ARQUIVAMENTO DE ATA

Nº DO PROTOCOLO 028445678-1	NIRE 3530051481-5	NOME EMPRESARIAL TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.
--------------------------------	----------------------	---

DATA DA ATA 09/06/2020	TIPO DA ATA Ata de Assembléia Geral Ordinária
---------------------------	--

RESUMO DA ATA

ORDEM DO DIA: Exame e aprovação: (i) do Relatório da Administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (ii) da destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.888.278/20-2**Relatório da Análise Prévia**

- ☒ **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
☐ **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
☐ **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Ciência Vogais

Adriana Mangili Bárbara RG 22.523.667-9

Data: 19/11/2020



JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.728.226/20-0



APP
AMIB

CAPA DO REQUERIMENTO

CONTROLE INTERNET
027965870-2



DADOS CADASTRAIS

ATO Arquivamento de Ata;			
NOME EMPRESARIAL TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.			PORTE Normal
LOGRADOURO Rua Conselheiro Crispiniano		NÚMERO 105	COMPLEMENTO cj 43, sala 6
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 1	CNPJ - SEDE 30.037.009/0001-38	NIRE - SEDE 3530051481-5	CEP 01037-001
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Vinícius Bernardes Basile Siqueira Stopa (Diretor) ASSINATURA: <i>Vinicius Stopa</i> DATA: 10/08/2020			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 372,74 DARF: R\$,00
			SEQ. DOC. 1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE Exigência <i>05 out 2020</i> Roger Augusto Apolinário Perli RG 30.037.009/0001-38 Vogal
ANEXOS: () DBE () Procuração () Alvará Judicial () Formal de Partilha () Balanço Patrimonial () Outros EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE () Documentos Pessoais () Laudo de Avaliação () Jornal () Protocolo / Justificação () Certidão		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
OBSERVAÇÕES:		

ANEXO BOMBA DE
BREVEZILANTO E PESQUISA
01/20

Ve

SEM VALOR DE CERTIDÃO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.728.226/20-0

Relatório da Análise Prévia

- ☐ **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☒ **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição, inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Proposta de Exigência

Exigência
17- Anexar I (uma) via original. Anexar a(s) cópia(s) do(s) documento(s) autenticadas. A autenticação poderá ser feita pelo contador, técnico em contabilidade ou advogado. (art. 38, § 2º do Decreto 1.800/96 e do art. 28, II, "b" da IN/DREI nº 81/2020).

Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar

17- Demonstrativo

Análise Prévia

Adriana Mangili Bárbara RG 22.523.667-9

Data: 02/10/2020

Exigência

Ciência Vogais

Roger Augusto Apocimano Perli
 RG 8.004.727-5
 Vogal

**JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo**

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico



JUCESP PROTOCOLO
0.454.975/20-0

**CAPA DO REQUERIMENTO**

CONTROLE INTERNET
027629251-1

**DADOS CADASTRAIS**

ATO Arquivamento de Ata;					
NOME EMPRESARIAL TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS III S.A.			PORTE Normal		
LOGRADOURO Rua Conselheiro Crispiniano		NÚMERO 105	COMPLEMENTO cj 43, sala 6	CEP 01037-001	★ 16
MUNICÍPIO São Paulo	UF SP	TELEFONE	EMAIL		
NÚMERO EXIGÊNCIA (S) 0	CNPJ - SEDE 30.037.009/0001-38	NIRE - SEDE 3530051481-5			PROT
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Vinícius Bernardes Basile Silveira Stopa (Diretor)			VALORES RECOLHIDOS DARE: R\$ 372,74 DARF: R\$,00		SEQ. DOC. 1 / 1
ASSINATURA:			DATA: 09/06/2020		

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO 	CARIMBO DISTRIBUIÇÃO	CARIMBO ANÁLISE
ANEXOS: () DBE () Procuração () Alvará Judicial () Formal de Partilha () Balanço Patrimonial () Outros		EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE () Documentos Pessoais () Laudo de Avaliação () Jornal () Protocolo / Justificação () Certidão
OBSERVAÇÕES:		ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

ANEXO, FICHA DE
BREVE RELATO
12/07/20

04-

SEM VALOR DE CERTIDÃO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.454.975/20-0

Relatório da Análise Prévia

- ☐ **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☒ **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** por não estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94
- ☐ **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi apresentado?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
09	A descrição da atividade empresarial está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Outras exigências a especificar (DBE):

Exigência

Proposta de Exigência

Exigência

17- Anexar no mínimo 3 (três) vias de igual teor, sendo pelo menos 1 (uma) via original e demais autenticadas – art. 37, Lei 8934/1994. A autenticação poderá ser feita pelo contador ou advogado nos termos da IN DREI nº 60/2019

Propostas de exigências/indeferimento a especificar ou fundamentar

17- Demonstrativo

Análise Prévia

Adriana Mangili Bárbara RG 22.523.667-9

Data: 21/07/2020

Roger Augusto de Assis
RG 30.814.727-2
Vogal
Ciência Vogais